

-----**ACTA NÚMERO 34/2010**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM VINTE E UM DE OUTUBRO DO ANO DOIS MIL E
DEZ.**-----

-----Aos vinte e um dias do mês de Outubro do ano dois mil e dez, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Dr. Miguel Filipe Machado de Albuquerque, e com a presença dos Senhores Vice-Presidente, Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira, e Vereadores: Dra. Rubina Maria Branco Leal Vargas, Dr. Rui Alberto Pereira Caetano, Eng. João José Nascimento Rodrigues, Dr. Rui Miguel da Silva Barreto, Dr. Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, Dr. Gil da Silva Canha, Eng. Amílcar Magalhães de Lima Gonçalves e Dr. Artur Alberto Fernandes de Andrade. Presente como Secretário o Dr. Rui Emanuel Sousa Abreu, Director do Departamento Administrativo.--

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

AUSÊNCIAS: - Verificou-se não estar presente o Senhor Vereador Henrique Miguel de Figueiredo da Silva da Costa Neves.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da acta da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Iniciando este período, o Senhor Vereador Rui Caetano, do PS, começou por referir-se às primeiras chuvas que têm ocorrido dizendo que, tal como dissera o Senhor Vereador Costa Neves, haverá obras que estarão a ser mal feitas, por exemplo de ribeiros, pelo que recomendava nestas obras antes da sua execução que a Câmara fosse ouvida realizando por exemplo vistorias conjuntas..-----

-----Prosseguindo na sua intervenção, abordou a questão do valor exagerado da água cobrado aos munícipes, objecto de muitas reclamações.-----

----- - O Senhor Presidente explicou a situação, dizendo que decorre da própria lei. Na elaboração da nova tabela de taxas tivemos de cumprir com a lei que nos manda fixar o valor das taxas, de acordo com os custos que o serviço prestado efectivamente tem. No entanto aprovamos recentemente um conjunto de incentivos, no valor de 66% no primeiro ano e de 33% no segundo.-----

-----Em complemento à sua intervenção, o Senhor Vereador Rui Caetano disse que, quando a leitura não é efectuada mensalmente e ficam dois meses numa factura, subindo os escalões, o preço agrava-se substancialmente.-----

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, e a propósito da segurança, referiu que era uma questão preocupante, fazendo notar os assaltos recentes à mão armada verificados na Rua Dr. Fernão de Ornelas, a rua mais

movimentada da cidade, e supostamente a com maior segurança. É evidente, salientou, que esta situação é consequência do desemprego e também dos problemas sociais, mas a Câmara não pode ficar alheia a esta questão.-----

---Neste âmbito, questionou qual a análise que a Câmara faz da situação e que medidas pensa tomar com a Polícia de Segurança Pública e ainda se o Conselho Municipal de Segurança já está operacional.-----

----- - O Senhor Presidente respondeu dizendo que não existe qualquer poder hierárquico do Presidente da Câmara relativamente às forças de segurança. “Depois, a questão da política de segurança de cada Município deveria ser discutida e assumida, como se faz nos Estados Unidos da América. Em Portugal entende-se que as políticas de segurança são neutras. A Polícia Municipal, que se criou no País, não tem competências a este nível. O que nós fazemos são reuniões semanais com a PSP e temos os guardas nocturnos já instituídos em algumas zonas. Nós criamos esquadras de proximidade, como na Nazaré e Santo António que entretanto foram encerradas, por falta de pessoal da PSP. O Conselho Municipal de Segurança já foi submetido à Assembleia Municipal e será implementado. A Câmara irá também sensibilizar a Polícia para uma maior prevenção”, disse a concluir.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador do PND, Gil Canha, fez uma chamada de atenção sobre um placard para publicidade que foi afixado no edifício da Rua do Bispo, Palácio do Ornelas, não

se adequando àquele edifício que é classificado.-----

-----Em seguida fez referência ao licenciamento do Parque Logístico, na Cancela, nomeadamente sobre a questão da estação de tratamento de águas residuais que foi abolida do PDM e possivelmente bem, porque na Madeira estas unidades são de reduzida dimensão. Contudo, neste caso, atendendo à dimensão e ao tipo de produtos armazenados julga que deveria ser imposto uma ETAR.-----

----- - O Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, sobre este assunto informou que a Câmara só aprovou a arquitectura. Depois, disse, virão os projectos de especialidade, onde estarão previstas e equacionadas todas as questões e soluções.-----

----- - Tomando a palavra, o Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, apresentou o seguinte **Voto de Protesto**:-----

---“**Contra a redução de verbas a transferir do orçamento de Estado para as Autarquias** – A proposta de Orçamento de Estado para 2011, já entregue pelo Governo na Assembleia da República, constitui um forte golpe para o País, os trabalhadores e as populações em geral. O conjunto de medidas contidas nesta proposta de Orçamento de Estado constitui mais um grave passo na brutal escalada contra os rendimentos do trabalho, os direitos dos trabalhadores e das populações, as funções sociais do Estado e é altamente gravoso para o desenvolvimento do país. De facto, três meses depois do último “pacote de austeridade”, que se traduziu num novo agravamento da situação social e em mais crise

económica, estas novas medidas conduzirão a mais desemprego e injustiças sociais, ao aumento dos défices estruturais, num ataque voraz aos salários e remunerações, à protecção social, ao congelamento do valor das reformas, à eliminação de postos de trabalho e congelamento de admissões na Administração Pública comprometendo as funções públicas em áreas vitais (saúde, educação, segurança social...) e através da penalização do consumo interno a uma nova ameaça de encerramento de milhares de médias, pequenas e micro empresas. Neste generalizado corte de verbas, o Poder Local, elo prioritário na ligação às populações às populações e na concretização de direitos e garantias de bem-estar e qualidade de vida, é fortemente penalizado, como, aliás é possível comprovar pelas verbas inscritas destinadas às autarquias da Região Autónoma da Madeira que, na globalidade, são penalizadas com uma quebra de 10% relativamente ao Orçamento para 2010. A Câmara Municipal do Funchal deverá receber em 2011, 8.637.551 euros do FEF e 1.810.515 euros do FSM, correspondendo a menos 1.024.165 e 214.676 euros, respectivamente, o que em termos percentuais representa, em ambos os casos, uma diminuição de 10,6%. O concelho do Funchal foi, durante este ano de 2010, fortemente afectado por catástrofes diversas (cheias/enchentes, pluviosidade anormal, fogos florestais...), que provocaram um rasto de destruição em infra-estruturas e recursos diversos e cujo processo de reconstrução e recuperação ambiental exige a aplicação de avultadas verbas, o que deveria merecer da parte do

estado, solidariedade acrescida. Assim, a Câmara municipal do Funchal, face a mais este ataque à autonomia e capacidade de intervenção das autarquias locais, manifesta o seu protesto pelos cortes nas transferências do Orçamento de Estado com tudo o que esta redução implica de negativo e de prejuízo para os munícipes funchalenses.”-----

---Tomando a palavra o Senhor Presidente fez saber que, ainda ontem, na reunião de Direcção da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), em Coimbra, pronunciara-se no sentido de que as Câmaras não podiam dissociar-se dos cortes financeiros que todos os portugueses e entidades terão. O problema, afirmou, é que os cortes já não são de agora.-----

---O Senhor Vereador Rui Caetano, do PS, disse concordar com o protesto. No entanto, na sua opinião, está incompleto porque o Governo Regional deveria compensar o Município do Funchal, neste ano, do vinte de Fevereiro e dos incêndios, com maiores verbas para fazer face a este acréscimo de responsabilidades.-----

---O Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, disse também concordar com o voto de protesto, mas tinha de haver um esforço colectivo nesta situação. Atendendo também à intempérie e aos incêndios, as verbas para o Funchal deveriam ser repensadas igualmente pelo Governo Regional.-----

---Por seu turno, o Senhor Vereador Gil Canha, do PND, disse que se abstinha porque a Câmara continua com uma política de despesismo, como por exemplo, as excursões ao Porto Santo, os

gastos com a empresa privada “Securitas”, os ajustes directos com a D. Maria Olímpia, a tal das revistas cor-de-rosa havendo muita coisa que devia ser cortada. Opinou que terá de haver sinais de contenção, e os políticos tinham de ser os primeiros a dar o exemplo.-----

----- - O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, referiu que as medidas que estão tomadas não são iguais para todos, há quem peça dinheiro a um por cento (1%) ao BCE e empreste ao Governo Português a seis e sete por cento (6 e 7%). Alguns estão a ganhar muito dinheiro com a crise, mas aqueles que recebem €700 (setecentos euros) e deixam de receber abono de família, são penalizados no IRS e demais impostos, esses são os que verdadeiramente sofrem.-----

--- - Colocado à votação, foi aprovado, por maioria, com abstenção do PND, o Voto de Protesto atrás descrito.-----

----- - Retomando a palavra, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, pediu informação relativamente ao processo de garantia bancária do Savoy, que terá sido apresentada pela Empresa Madeirense de Tabacos, frisando que se trata apenas de um pedido de esclarecimento.-----

-----Continuando no uso da palavra, este Vereador colocou outras questões que abaixo se descrevem:-----

--- - Praia Formosa – parque de diversões que será ali instalado, segundo notícia dos jornais. Pretende saber se foi licenciado pela Câmara Municipal do Funchal;-----

---A Senhora Vereadora Rubina Leal, do PSD, informou que está neste momento a ser analisado.-----

--- - São João de Latrão – continua a haver descargas e aluimento de terras, junto ao aviário;-----

---O senhor Vice-Presidente, Bruno Pereira, informou que os serviços camarários deslocaram-se ao local mas a proprietária queria uma estrada e não deixou limpar.-----

--- - Bairro dos Viveiros – no antigo Bairro dos Viveiros foi fechada a passagem entre a Escola e o bairro, causando transtornos o corte dessa passagem;-----

--- - Rua Eleutério de Aguiar – houve de novo um problema com as chuvas da semana passada;-----

---O Senhor Vice-Presidente informou que o pontão particular de acesso a uma garagem foi demolido e estava limpo desde ontem; que a Direcção Regional de Hidráulica irá canalizar o ribeiro mais para montante e será feito então novo acesso.-----

--- - Escadinhas do Vasco Gil – alguns moradores estão com problemas de acesso.-----

---O Senhor Presidente informou que já foram feitas todas as obras tidas por necessárias, mas há um munícipe que todos os dias quer uma obra nova.-----

Assuntos Diversos: - Foi apreciado e votado o assunto seguinte, apresentado pela Vereadora do respectivo Pelouro, que não foi incluído na Ordem do Dia.-----

EMPREITADA DE “ACABAMENTO DO CONJUNTO

HABITACIONAL DOS VIVEIROS III (2ª. FASE) – 24 FOGOS, INFRA-ESTRUTURAS E ARRANJOS EXTERIORES”: - Em função do exposto pela SÓCIOHABITAFUNCHAL, E.E.M. (ref. 1988/SHF/2010), a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a solução alternativa para o revestimento exterior da empreitada de “Acabamento do Conjunto Habitacional dos Viveiros III (2ª. fase) – 24 Fogos, Infra-estruturas e Arranjos Exteriores”, apresentada pela Empresa ACF – Arlindo Correia & Filhos S.A., adjudicatária da obra.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 – PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:-----

----- - **Proposta de Resolução da CDU, intitulada “Necessidade de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição na Autarquia do Funchal”**: - Presente Proposta de Resolução, apresentada pela CDU, do seguinte teor:-----
---“Pela Lei nº 24/98, de 26 de Maio, a Câmara Municipal do Funchal está obrigada à avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição. A forma como a maioria vem impondo o figurino das comemorações do “Dia da Cidade”, sem a consulta prévia das forças da oposição e sem aprovação em reunião de Câmara; mais recentemente, a recusa na realização de uma reunião extraordinária, aquando dos graves incêndios no passado mês de Agosto, durante o período de suspensão, para férias, das

reuniões da CMF; o facto de múltiplas iniciativas e propostas apresentadas em nome da edilidade não serem previamente informadas e discutidas com a oposição; a não divulgação de informação sobre as reuniões realizadas com o Governo Regional relacionadas com a celebração de contratos-programa; a preparação dos Planos e Orçamentos, entre outras questões, fazem com que tais comportamentos da maioria na autarquia funchalense configurem uma atitude de claro desrespeito e de óbvio incumprimento da Lei do Estatuto do Direito de Oposição, e que não pode deixar de merecer o reparo, a desaprovação e a crítica da CDU. Neste aspecto, particular importância terá que ser dada ao Relatório Anual de “*avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias*” constantes da Lei do Estatuto do Direito de Oposição (nº 1 do artigo 10º), a ser elaborado pela maioria, e a ser posteriormente discutido em reunião da Câmara e da Assembleia Municipais. A elaboração deste documento não é, nem pode ser apenas encarada como um mero formalismo a que as entidades estão obrigadas por Lei; a sua discussão pública deve, acima de tudo, constituir um momento relevante para a avaliação da vida democrática no seio da autarquia funchalense, promovendo as correcções urgentes e necessárias que permitam aprofundar e dignificar o exercício democrático do direito de oposição. Assim, a Câmara Municipal do Funchal delibera o imediato cumprimento do nº 1 do artigo 10º da lei nº 24/98, de 26 de Maio, ou seja, a elaboração do relatório de Avaliação do grau de

observância do respeito pelos direitos e garantias da Oposição, que se encontra actualmente em falta na autarquia funchalense”.-----

---Usando da palavra, o Senhor Presidente disse não concordar com esta proposta atendendo a que é dado conhecimento de tudo à Vereação, afirmando que todas as solicitações dos Vereadores são aqui discutidas semanalmente. Quanto ao relatório, referiu se a Lei diz que é necessário, irá providenciar no sentido da sua implementação.-----

---O Senhor Vereador Rui Caetano, do PS, disse que se abstinha atendendo a que quaisquer dúvidas ou esclarecimentos que necessitasse tinha todo o acesso à vereação e aos serviços. Referiu mesmo que não havia comparação possível, por exemplo, entre a Câmara Municipal do Funchal e a Câmara da Ribeira Brava, onde já foi Vereador, sendo que no Funchal há muito maior disponibilidade para informar e esclarecer os Vereadores da Oposição.-----

---O Senhor Vereador Rui Barreto, do CDS/PP, afirmou que, embora não tenha experiência anterior, tem verificado total abertura por parte do executivo para prestar informação ou esclarecimentos. No entanto disse concordar com o espírito da proposta.-----

---Por sua vez, o Senhor Vereador Gil Canha, do PND, disse que votava favoravelmente, porquanto os Vereadores deviam ser ouvidos em determinadas situações e muitas vezes têm conhecimento dos assuntos pelos jornais.-----

--- - Colocada à votação, a proposta foi reprovada com votos contra do PSD, abstenção do PS e CDS/PP e votos a favor do PND e CDU.-

2 - ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO: - Acompanhada do respectivo processo, foi presente a informação da Divisão Administrativa de Água (refª 256/DAA), propondo a anulação das facturas referentes ao período compreendido entre o mês de Abril de dois mil e oito e o mês de Junho de dois mil e dez, emitidas em nome de Union de Créditos Imobiliários, S.A., tendo a Câmara por unanimidade aprovado.-----

3 - URBANISMO:-----

-----**3.1 - Loteamento:** - Foi deliberado, por unanimidade, a pedido de José Carlos Freitas Silva (procº 41819/10), aprovar a alteração do alvará de loteamento número um/noventa e cinco, lotes seis e sete, localizado na Casa Branca, freguesia de São Martinho.-----

---Nesta altura o Senhor Presidente saiu da sala, passando a presidir os restantes trabalhos o Senhor Vice-Presidente.-----

-----**3.2 - Obras Particulares:** - Em presença do processo de Machico & Ribeira – Gestão de Bens Imóveis, S.A, (procºs 31883 e 41182/10), relativo ao projecto de arquitectura do Edifício “Santa Luzia”, e alteração da rampa de acesso aos pisos enterrados do empreendimento, a Câmara deliberou aprovar, com abstenção do PND.-----

4 - TRÂNSITO:-----

----- - **Parque de estacionamento 5 de Outubro - tarifário:** - De

acordo com a informação do Departamento de Trânsito (ref^a 40/MN/DT/2010), a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o tarifário a aplicar no parque de estacionamento 5 de Outubro, apresentado por Spínola & Faria, Lda. (reg^o 41589/10).-----

5 - DIVERSOS:-----

----- - **MTA - Transportes Alternativos da Madeira, S.A.**: (O processo agendado sob o número 244 foi retirado).-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião às treze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente acta que eu, Director do Departamento Administrativo, na qualidade de Secretário, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Acta publicada nos locais de estilo, através do Edital n^o 340/2010